



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR  
GERÊNCIA DE CONSULTORIA NORMATIVA - GECOS  
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ  
CEP: 20.021-350

---

**PARECER n. 00024/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU**

**NUP: 33902.552931/2014-98**

**INTERESSADOS: ANS - DIGES - DIRAD - DIRETORIA ADJUNTA DA DIRETORIA DE GESTÃO**

**ASSUNTOS: AGÊNCIAS/ÓRGÃOS DE REGULAÇÃO**

EMENTA: I - Alteração do Regimento Interno proposta pela DIGES. II - Considerações.

Senhora Gerente da Consultoria Normativa,

1. A Diretoria de Gestão – DIGES encaminha a esta Procuradoria o presente feito que tem por objeto a edição de Resolução Normativa – RN, a qual altera as Resoluções Normativas de nºs 197, de 16/07/2009, que trata do Regimento Interno da ANS e 198, de 16/07/2009, que define o quadro de cargos comissionados da ANS.
2. A minuta foi encaminhada por meio do Despacho nº 03/2016/ASSNT/DIRAD/DIGES/ANS, que se encontra à fl. 205.
3. Compõem o conjunto de documentos relativos à alteração pretendida o Memorando nº 37/2016/GGAFI/DIGES/ANS (fls. 205/207), do Gerente Geral de Administração e Finanças, o Despacho nº 05/2016/DIRAD/DIGES/ANS (fls. 208/211), da Diretora Adjunta de Gestão, Sumário Executivo de Impacto Regulatório (fl. 212), correspondência eletrônica versando sobre a inoportunidade de aumento de despesa por conta de transferência de cargo (fl. 213), Minuta de RN (fl. 214) com Anexos (fls. 216/217) e Extrato de Ata da 441ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada.
4. Diante do art. 69, inciso IV, da Resolução Normativa - RN nº 197, de 2009, passa-se ao exame da minuta colacionada aos autos (fls. 04/09), esclarecendo-se que, em conformidade com o estabelecido no art. 7º, § 2º, da IS nº 9, de 28/11/2013, a PROGE não emite manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.
5. Inicialmente cumpre analisar a questão referente à possibilidade de a ANS disciplinar a matéria.
6. A Lei nº 9.961/2000, que criou a ANS, estabeleceu, em seu art. 2º e seu parágrafo único, que a estrutura organizacional básica da Agência deveria ser fixada por meio de regulamento aprovado por Decreto do Presidente da República, bem como que ela seria constituída com a publicação de seu regimento.
7. Nesse passo, com a edição do Decreto nº 3.327, de 2000, aprovado pelo Presidente da República, o seu art. 4º definiu a estrutura básica da ANS; no parágrafo único deste mesmo dispositivo normativo restou salientado que o regimento interno da ANS deveria dispor sobre a estruturação, atribuições e vinculação da Procuradoria, Ouvidoria, Corregedoria e das demais unidades organizacionais; e o inciso IV do art. 9º conferiu à Diretoria Colegiada a atribuição para, dentre outras coisas, aprovar o regimento interno da ANS e definir a área de atuação, a organização, a competência e a estrutura das suas unidades organizacionais.
8. Observa-se, ainda, que o art. 14, da Lei nº 9.986, de 2000, autorizou as Agências Reguladoras a efetuarem a alteração dos quantitativos e da distribuição dos cargos comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e dos Cargos Comissionados Técnicos.
9. Paralelamente a isso, o art. 10, incisos II e III, da Lei nº 9.961, de 2000 estabelece a atribuição da Diretoria Colegiada para editar normas sobre as matérias de competência da ANS, aprovar o regimento interno da ANS e definir a área de atribuição de cada Diretor.
10. Constata-se, portanto, a legitimidade da Diretoria Colegiada para estabelecer, em seu Regimento Interno, as atribuições das unidades administrativas, bem como a alteração da organização de alguns de seus

órgãos.

11. Cuida-se de manifestação da *descentralização hierárquica*, definida como a “subdivisão de um ente de direito público ou de um órgão, em órgãos menores, que passam a manter entre si relações hierárquicas de subordinação e de coordenação, visando à especialização de funções e à gradação de responsabilidades entre eles” (NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. *Curso de Direito Administrativo*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. p. 119).

12. Assim, ante todos esses dispositivos legais, resta clara a atribuição da ANS para normatizar a matéria, não se verificando, portanto, vícios relativos ao sujeito e ao objeto que se pretende disciplinar.

13. No que tange à iniciativa para a propositura do ato, o art. 76, inciso IV da RN nº 197/2009, estabelece como competência comum dos Diretores o encaminhamento de proposta de ato normativo no âmbito de suas competências à DICOL.

14. De acordo com o Despacho nº 5/2016/DIRAD/DIGES/ANS, a proposta de ato normativo tem por objetivo reorganizar a estrutura administrativa da Diretoria de Gestão – DIGES, extinguindo a Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS em São Paulo – CAD/SP e ampliando as competências da Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal – CAD/DF.

15. Quanto a essas modificações, não se verifica vício de iniciativa, vez que propostas pelo Diretor da DIGES, sendo certo que todos os órgãos atingidos inserem-se regimentalmente na estrutura daquela Diretoria.

16. Com relação à alteração prevista no Quadro Demonstrativo Consolidado de Cargos Comissionados da ANS relativo à Diretoria de Gestão – DIGES, com transferência de um Cargo Comissionado Técnico (CCT III) da Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS em São Paulo – CAD/SP, que está sendo extinta, para a Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal – CAD/DF, a Gerência de Administração de Pessoal – GEAPE informa que não haverá aumento de despesa posto que não ocorrerá transformação de cargo mas apenas transferência.

17. Em relação a todas essas alterações propostas, seus motivos foram assim explicitados:

18. A) A extinção do CAD/SP decorre da insuficiência do quadro atual de servidores para o exercício das competências acometidas pelo Regimento Interno da ANS ao órgão.

19. B) A ampliação das competências do CAD/DF faz parte do plano de descentralização das atividades da DIGES, por meio do qual os CAD's ficariam responsáveis por processos de aquisições e contratações, macro gestão dos contratos, execução financeira e orçamentária, controles contábeis, controle patrimonial, controle dos bens móveis e imóveis, acompanhamento das demandas relativas à infraestrutura e ordenação de despesas. O CAD/DF vem exercendo apenas parte dessas atividades por falta de servidores. Considerando a remoção de um analista administrativo para o órgão em fevereiro do corrente ano, o CAD/DF passou a contar com uma estrutura mínima para exercer todas as atividades que se lhe pretende atribuir por meio do ato normativo.

20. Como se pode verificar, os motivos e a motivação apresentadas são de índole técnico-administrativa, não cabendo a esta Procuradoria adentrar em seu mérito.

21. Certo é que algumas competências da Diretoria de Gestão, ligadas à Gerência de Contratos e Licitações – GECOL, à Gerência de Finanças – GEFIN, à Gerência de Administração de Serviços e Infraestrutura – GEASI e à Gerência Geral de Administração e Finanças – GGAFI, passarão a ser exercidas pelo CAD/DF no âmbito territorial do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará.

22. No quadro abaixo, compara-se as novas competências que se pretende conferir ao CAD/DF com as competências já previstas no Regimento Interno para a DIGES.

Competências acrescentadas pela Minuta de RN no art. 62-A da RN nº 197/2009 para serem exercidas pelo CAD/DF no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará.	Competências da DIGES atualmente previstas na RN nº 197/2009
VI – efetuar os pagamentos referentes a aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;	Art. 62-C. Competem aos Núcleos da ANS, no âmbito das respectivas circunscrições territoriais, as seguintes atribuições de gestão e administração, vinculadas à Diretoria de Gestão: (Redação dada pela RN nº 397, de 04/02/2016)  VI - proceder à gestão dos contratos administrativos e encaminhar documentos de cobranças à Gerência de Finanças - GEFIN visando à execução financeira das obrigações dentro do prazo contratual estipulado. (Redação dada pela RN nº 397, de 04/02/2016)  Art. 62-F. À Gerência de Finanças - GEFIN

	<p>competete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>I – planejar, coordenar e avaliar as atividades de programação e execução orçamentária e financeira, no âmbito da ANS; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
VII - acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução financeira no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;	<p>Art. 62-H. À Coordenadoria de Execução Financeira - COEFI compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>II - acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução financeira; e (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
VIII - executar o registro de conformidade de gestão, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União;	<p>Art. 62-H. À Coordenadoria de Execução Financeira - COEFI compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>III - executar o registro de conformidade de gestão, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira a disposição dos órgãos de controle interno e externo da União. (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
IX - proceder à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;	<p>Art. 62-K. À Gerência de Contratos e Licitações - GECOL compete prover a contratação para aquisição dos bens, obras e serviços necessários ao funcionamento da ANS, e especificamente: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>I – planejar, supervisionar e avaliar as atividades referentes: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>a) à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito da ANS; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
X - elaborar contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;	<p>Art. 62-K. À Gerência de Contratos e Licitações - GECOL compete prover a contratação para aquisição dos bens, obras e serviços necessários ao funcionamento da ANS, e especificamente: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>I – planejar, supervisionar e avaliar as atividades referentes: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>b) à elaboração dos contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados pela ANS; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
XI - controlar os contratos, convênios, acordos e ajustes, sob os aspectos administrativos;	<p>Art. 62-M. À Coordenadoria de Gestão de Contratos - COGEC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>I- executar as atividades de: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p> <p>a) controle dos contratos, dos convênios, dos acordos e dos ajustes, sob os aspectos administrativos; e (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>
XII - proceder à confecção dos	<p>Art. 62-L. À Coordenadoria de Licitações - COLIC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)</p>

editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;	I - executar as atividades de elaboração dos editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços necessários à ANS; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)
XIII - instruir os processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação;	Art. 62-L. À Coordenadoria de Licitações - COLIC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) II - instruir, sob o aspecto formal, os processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços necessários à ANS, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação; e (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)
XIV - proceder à publicidade legal obrigatória dos atos, contratos, convênios, acordos e ajustes no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, decorrentes da aquisição de bens, obras e serviços;	Art. 62-L. À Coordenadoria de Licitações - COLIC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) III - executar as atividades referentes à publicidade legal obrigatória dos atos relativos aos procedimentos licitatórios para a aquisição de bens, obras e serviços, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação. (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)
XV - subsidiar a Comissão Permanente de Licitações e o pregoeiro, nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhes apoio técnico e administrativo;	Art. 62-K. À Gerência de Contratos e Licitações - GECOL compete prover a contratação para aquisição dos bens, obras e serviços necessários ao funcionamento da ANS, e especificamente: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) II - subsidiar a Comissão Permanente de Licitações e o pregoeiro, nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhes apoio técnico e administrativo. (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)
XVI - proceder à instrução e alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; e	Art. 62-M. À Coordenadoria de Gestão de Contratos - COGEC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) I- executar as atividades de: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) b) instrução e de alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)
XVII - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais dos contratos firmados no âmbito do CAD-DF e Núcleos MT e PA. ”	Art. 62-M. À Coordenadoria de Gestão de Contratos - COGEC compete: (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016) II - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais; (Incluído pela RN nº 397, de 04/02/2016)

23. Verifica-se, ainda, a adequação da Resolução Normativa para viabilizar a edição da minuta em foco, haja vista o art. 86, inciso II, alínea *a*, da Resolução Normativa - RN nº 197, de 2009 apontá-la expressamente como o meio apropriado para aprovar ou alterar o Regimento Interno.

24. No que concerne à necessidade de observância da finalidade pública para a edição do ato normativo, resta oportuno consignar que, de acordo com os elementos constantes nos autos, não se vislumbra nenhuma hipótese que indique seu possível desvirtuamento.

25. Feitos os apontamentos acima, destaca-se que o exame do conteúdo e da compatibilidade do texto da minuta (fls. 04/09) com a Lei Complementar (LC) nº 95, de 1998 e o Decreto nº 4.176, de 2002, será feito por especialista em regulação em atuação nesta Gerência.

26. São essas as considerações que se fazem necessárias.
27. É o parecer, *sub censura*.  
À consideração superior.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2016.

JOÃO PAULO PEREIRA DE SOUZA  
PROCURADOR FEDERAL  
MAT. 1380666

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902552931201498 e da chave de acesso 6dd279f0

---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO PEREIRA DE SOUZA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 7572251 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO PEREIRA DE SOUZA. Data e Hora: 10-05-2016 16:42. Número de Série: 1194602912688068575. Emissor: AC SOLUTI Multipla.

---